



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

de ensino, e deve prestar contas de suas atividades regularmente. Tais obrigações incluem, além do envio de relatórios de atividade semestrais, contendo “eventual produção acadêmica já realizada”, fornecer quaisquer outras informações relacionadas às atividades acadêmicas, sempre que solicitado.

A razão da prestação de contas regular surge da necessidade de monitoramento das atividades desempenhadas pelo servidor, que devem estar estritamente vinculadas à ação de capacitação, a fim de evitar irregularidades ao longo do afastamento e com vistas a garantir que o incentivo financeiro concedido para a capacitação, correspondente à manutenção das parcelas remuneratórias como se em efetivo exercício de suas funções estivesse, seja utilizado para os fins aos quais se destina.

A bem da verdade, **somente após ser cobrado pelo ILB e intempestivamente, o servidor prestou contas referente ao 1º semestre letivo de 2023**, ocasião em que passou a ser de conhecimento do Senado Federal a sua opção pelo trancamento de matrícula do referido semestre. De igual modo, somente na referida prestação de contas o servidor apresentou o atestado médico parcial (30 dias) para justificar o não aproveitamento de todo o período do afastamento (de 27 de fevereiro 2023 a 29 de julho de 2023), em desacordo com as disposições do art. 3º do Ato da Diretoria-Geral (ADG) nº 26<sup>22</sup>, de 2017, que obriga a submissão de atestado médico à apreciação da Junta Médica do SF, no prazo máximo de 2 dias úteis.

Observa-se que, conforme histórico acadêmico analisado pelo ILB<sup>23</sup>, **o servidor não obteve aproveitamento nas duas disciplinas para as quais se matriculou no semestre compreendido entre 27 de fevereiro 2023 a 29 de julho de 2023. De fato, as disciplinas “PPGCP2647 – TEORIA E ANÁLISE POLÍTICA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES” e “PPGCP26 – TEORIA E ANÁLISE POLÍTICA: DEMOCRACIA E SOCIEDADE” foram registradas com a situação “trancado”<sup>24</sup>, sem qualquer aproveitamento evolutivo no referido semestre para a consecução do título de Doutorado.**

Também não consta qualquer informação institucional que indique cumprimento de requisito de produção acadêmica obrigatória no referido período e eventuais créditos obtidos no semestre. Por fim, o servidor se limitou a juntar atestado parcial e intempestivo ao SF, nos termos do art. 3º do ADG nº 26, de 2017.

<sup>22</sup> Art. 3º O **requerimento** será **encaminhado pelo servidor no prazo máximo de dois dias úteis** contados da data de início da licença solicitada, para deliberação pela Junta Médica do Senado Federal, após verificação do preenchimento dos requisitos legais e normativos. (Grifou-se)

<sup>23</sup> NUP 00100.054291/2024-11

<sup>24</sup> NUP 00100.054291/2024-11 – Ofício nº 023/2024 – SEPOS/COESUP/ILB - Página nº 8

